

PANORAMA DA EDUCAÇÃO EM SANTARÉM¹

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares²
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

RESUMO:

Este artigo objetiva fazer o diagnóstico da educação em Santarém através de um breve retrospectivo histórico, registrando o acompanhamento e a oferta dos níveis e modalidades de ensino e as particularidades da Secretaria Municipal de Educação, objeto de estudo. Apresenta ainda, uma síntese do atendimento educacional em seus diversos níveis e modalidades, um comparativo entre a educação rural e a educação urbana e finaliza com informações relativas ao recebimento e aplicação dos recursos na educação a partir do FUNDEF.

Palavras-Chave: História, Educação, Santarém.

ABSTRACT:

This work aims to display a diagnosis of Santarém education system by making a brief historical retrospect, registering the supervision and the availability of the teaching degrees and modalities and some particular aspects of the municipal education office (*Secretaria Municipal de Educação*). It also shows a synthesis of the educational service in several levels and modalities, compares rural and urban education and concludes by displaying data relative to the collecting and investment of the FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) resources.

Key-words: History, Education, Santarém

A educação escolar em Santarém: antecedentes históricos

Em todo o período jesuítico, que se estendeu desde a fundação da Aldeia dos Tapajós, em 1661, até a expulsão dos padres da Companhia de Jesus das Terras Paraenses, em 1757, a única menção que os cronistas locais fazem à educação refere-se à catequização realizada pelo Padre João Maria Gorzoni, em 1682 (Cf. SANTOS, 1971, 43). Como em outras regiões, essa atuação cumpria as Diretrizes de Antônio Vieira, que recomendava o ensino da leitura e da escrita, tanto quanto possível, assim como a aprendizagem de música para o acompanhamento dos atos religiosos.

Constam do início do século XIX os primeiros registros quanto à educação formal. Em 1800 foi instalada a primeira escola primária masculina e em 1849 a primeira escola feminina, um ano após a vila ganhar o *status* de cidade (24 de outubro, com regulamentação assinada por Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Grão-Pará). Estas escolas, no entanto, tiveram um funcionamento muito limitado. Sobre a escola feminina sequer há registros documentais e quanto à escola masculina, Santos (1971) observa que era freqüentada por 30 alunos,

[...] os quais passavam, às vezes, dias e semanas sem ver o nariz do mestre, que andava pelos sítios e fazendas, em festas e patuscadas... Havia também uma aula de Gramática, Francês e Latim, cujo professor, Bento Manoel de Carvalho Pinheiro, passava a maior parte do ano em Belém. A Câmara Municipal representava contra os dois relapsos e providências enérgicas eram prometidas... o professor primário foi,

afinal, dispensado e logo nomeado outro, que não chegou a assumir as funções, porque o presidente da Província descobriu que era pior do que o demitido e fez anular o ato (SANTOS, 1971, p.177).

Após a Proclamação da República, foi nomeado o Conselho de Intendência Municipal a 6 de março de 1890, presidido pelo Barão de Santarém. Dado o crescimento populacional e o grau de complexidade que a organização social atingia, surgiram formas de entretenimento e de difusão da cultura, como atesta a circulação do primeiro jornal da cidade, o *Amazoniense*. Da mesma forma, havia necessidade de um estabelecimento de ensino destinado à juventude, o que era reivindicado pelas famílias mais influentes.

Para estimular o surgimento de escolas, o Presidente da Província do Grão-Pará, Henrique de Beaurepaire Rohan, sancionou a Lei nº 288, de 20 de setembro de 1856, estabelecendo condições e recompensa para o sujeito nacional ou estrangeiro que se propusesse a estabelecer, na capital da província ou nas cidades de Cameté e Santarém, um internato ou colégio de educação para o sexo masculino e também para o sexo feminino. Tudo indica que, pelo baixo valor oferecido, ninguém se interessou pela concessão a ponto de nova Lei, de n.º 424, de 26 de dezembro de 1863, autorizar o aumento da subvenção. Somente em 1869, Antônio Feliciano de Souza, vigário da cidade, firmou contrato com a Província, instalando o Colégio Nossa Senhora da Conceição, destinado à educação e instrução de meninos (FONSECA, 1995, p. 5-6).

Os estatutos do Colégio Nossa Senhora da Conceição foram aprovados em 1869, mas o contrato foi rescindido em 29 de março de 1871, por determinação do Presidente da Província, sob alegação de desordem e confusão no estabelecimento de ensino. Após permanecer seis meses fechado, o colégio voltou a funcionar, contando com 35 alunos matriculados, dos quais 14 recebiam educação gratuita. No final do ano de 1874, o Governo da Província rescindiu novamente o contrato. O colégio foi reaberto em 1876 e encerrou definitivamente suas atividades no ano de 1883.

Os registros encontrados mostram que, na segunda metade do século XIX, surgiram várias escolas e aulas isoladas particulares, as quais desapareceram em curto espaço de tempo, dadas as dificuldades com relação a professores e até mesmo estudantes. Em um período de 8 anos (de 1883 a 1891), a cidade ficou sem estabelecimentos de ensino. A inexistência de escola, contudo, não impedia o processo de aquisição de conhecimentos por aqueles que tinham recursos econômicos para contratar preceptores e adquirir os raros e caros livros disponíveis na época. “*Os homens mais abastados mandavam seus filhos estudar na Europa e a sociedade santarena daqueles tempos vestia-se à moda francesa e não poucos os que falavam a língua daquele país europeu*” (FONSECA, 1996, p. 175).

Nas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, a Amazônia viveu o período áureo da borracha. O látex - extraído da seringueira, árvore nativa da floresta amazônica, extração que já era feita pelos índios - foi largamente aproveitado pela indústria automobilística nascente.

Grande número de nordestinos chegou a Santarém, expulsos pela grande seca de 1877 e atraídos pela promessa de enriquecimento através do trabalho nos seringais. Em 1928, foi implantada a Companhia Ford Industrial do Brasil, para o cultivo e a extração da borracha em grande escala, em duas localidades vizinhas a Santarém, atraindo novas levas de migrantes: Fordlândia (no município de Itaituba) e Belterra (distrito de Santarém, que recentemente ganhou autonomia em 1996).

A Companhia Ford empregava cerca de 10 mil trabalhadores, na extração do látex. Por conta dessa explosão demográfica e da prosperidade econômica que alcançavam os donos de seringais, a vida cultural também ganhou impulso. Santarém se destacava

entre as outras cidades da região, inserida no *frenesi* provocado pela riqueza oriunda da exportação da borracha e, a exemplo do que ocorria em Belém, foi contagiada pelos modismos europeus e também teve a sua *Belle Époque*.

Com a prosperidade econômica, estabeleceram-se as condições para a ampliação das atividades culturais e de lazer, sendo instalado em Santarém no ano de 1896 o Teatro Vitória³, com capacidade para 500 espectadores (contemporâneo ao Teatro Amazonas, em Manaus, e ao Teatro da Paz, em Belém). A educação formal reapareceu em 1891, através do Instituto Santareno, subvencionado pelo Governo do Estado, cujo contrato durou até 1894. No ano seguinte, surgiu o Lyceu Santareno, também através de um convênio com o governo do Estado.

O Lyceu Santareno foi organizado nos moldes do Lyceu Paraense e da Escola Normal de Belém. Possuía os cursos de *Sciencias e Lettras*, *Curso Normal e Mixto*, com duração de dois anos e um curso de *Agrimensura* com três anos de duração. Era frequentado, em 1895, por cerca de 100 alunos, de ambos os sexos, e foi fechado, provavelmente, antes do início deste século (FONSECA, 1995, p. 10-13).

Criado em 1900 pelo Governo do Estado, o Grupo Escolar de Santarém⁴ surgiu para preencher a lacuna quanto ao ensino secundário, pois na época havia seis escolas primárias, sendo três masculinas, duas femininas e uma mista. Contando com uma matrícula inicial de 192 alunos, devido ao descaso, inclusive quanto ao pagamento de salários, a frequência foi diminuindo a tal ponto que no período de 1921 a 1925, esteve rebaixado à condição de escola agremiada.

As primeiras jazidas de ouro na região do Tapajós foram descobertas em 1958 e desde então houve uma sensível modificação nas relações sociais e de trabalho na região. O modelo que marcou os anos de 1950 e 1960 nos garimpos foi o trabalho semi-manual, onde o proprietário da terra pagava em torno de 2 gramas de ouro por um mês de trabalho e fornecia os instrumentos para garimpagem e a alimentação para o garimpeiro.

Nos garimpos, a população era formada predominantemente de homens. Muitos, provenientes do campo, deixavam a família cuidando da roça e na expectativa de ir morar na cidade, tão logo o ganho com a garimpagem permitisse tal mudança. Esse fenômeno explica, em parte, o elevado crescimento do número de habitantes que a sede do município passou a ter a partir da década de 1960.

O censo realizado em 1960 indicou que 44,08% da população de Santarém era constituída de analfabetos. Os dados disponíveis permitem-nos saber que o número de alunos matriculados na cidade de Santarém totalizava 4.176 (sendo 2.308 em escolas particulares e apenas 1.868 nas escolas públicas). Esses números não indicam a distribuição de acordo com os cursos primário e secundário, assim como a distribuição entre zona urbana e rural, contudo, sabe-se que, das sete escolas que ofereciam o curso secundário, seis eram particulares (sendo cinco confessionais). Em 1960, a população do município de Santarém totalizava 92.144 habitantes, sendo 24.498 o total dos que residiam na zona urbana (IBGE, 1960).

Ressalte-se que ainda não havia, na estrutura administrativa da Prefeitura de Santarém, uma Secretaria de Educação, mas apenas um Setor responsável pelo ensino, notadamente na área rural (planalto e várzea), uma vez que o governo do estado atendia a zona urbana.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), criada no governo Juscelino Kubstchek, em 1958, foi implantada em Santarém, através de um convênio entre o MEC e a Prefeitura e sob a responsabilidade do bispo diocesano D. Tiago Ryan. Aquele foi o primeiro grande movimento de incentivo à escolarização, tanto na área urbana quanto na área rural, levando a uma significativa expansão no atendimento escolar

público em Santarém, a partir da década de 1960, saltando-se de 7,62% da população atendida nos estabelecimentos de ensino públicos em 1960, para 18,82% em 1970 (COLARES, 1998, p. 47 e 48).

Mesmo considerando-se este saldo quantitativo, a defasagem entre o atendimento e a demanda gerou *déficits* que foram se acumulando no tempo, como pode ser visualizado na tabela abaixo, referente ao ano de 1985.

TABELA 2 – Santarém: Atendimento Escolar - 1985

Nível de Ensino	População escolarizável na faixa etária	matrícula inicial na faixa Etária	matrícula inicial fora da faixa etária	total de matrículas	% taxa de atendimento (na faixa etária) *	déficit %
pré	15.140	1.566	1.384	2.950	10,04	89,66
1º grau	55.454	48.388	8.745	57.133	87,26	12,74
2º grau	27.450	3.052	1.895	4.947	11,12	88,88
TOTAL	98.044	53.006	12.024	65.030	54,06	45,94

Fonte: COLARES, 2003, p. 65.

Os números apresentados na tabela sobre o atendimento escolar no ano de 1985 indicam que não houve ou que foram mal sucedidas as políticas educacionais destinadas ao atendimento escolar por parte do poder público, na faixa etária obrigatória (7 aos 14 anos). Tal situação propicia a indicação de responsabilidade para os próprios sujeitos do processo, desviando a análise das causas de ordem mais geral.

Essa situação de exclusão, sintomática do funcionamento precário das escolas (nas quais era comum a ocorrência de classes multisseriadas; falta de materiais elementares como giz, lousa e carteiras; baixa remuneração e acentuada presença de professores leigos) era tratada como se o modelo político-socioeconômico não tivesse nenhuma responsabilidade para com ela. Não raras vezes professores, estudantes e até os pais eram responsabilizados diretamente pelo fracasso educacional (COLARES, 2003, p. 65).

O atendimento educacional público em Santarém

O ensino público fundamental e médio do município de Santarém é administrado pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED e pela 5ª Unidade Regional de Educação – 5ª URE, órgão representante da Secretaria Estadual de Educação. A SEMED administra 100% do ensino público fundamental na zona rural e 70% na zona urbana. A 5ª URE administra 22% do ensino fundamental na zona urbana e outros 8% são administrados pela rede particular. No ensino médio, 98% são oferecidos pela 5ª URE e os 2% restantes pela rede particular. Nos últimos dez anos, ocorreu uma significativa redução do número de escolas particulares: de 72 em 1992 ficaram apenas 56 em 2002.

Como ainda não está formalizado o Sistema Municipal de Educação em Santarém, as escolas do município integram o Sistema de Ensino Estadual. Em 2002, totalizavam 56 escolas particulares, 37 escolas estaduais e 434 escolas municipais, das quais a maioria localizava-se na zona rural.

TABELA 3 - Nº de Escolas e de Alunos da Rede Municipal por Região, Santarém - 2002

REGIÃO	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS
Colônia	171	12.558
Lago Grande	69	5.702
Várzea	45	4.007
Arapiuns	57	3.466

Tapajós	31	2.634
Arapixuna	17	1.385
TOTAL ZONA RURAL	390	29.752
TOTAZONA URBANA	44	27.421
Total Geral	434	57.173

Fonte: SEMED - 2002

Desse expressivo número de escolas da rede pública municipal de Santarém, mais da metade (57,60%) são constituídas por apenas uma sala de aula, conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

TABELA 4 - Quantidade de Salas de Aula nas Escolas da Rede Municipal da Zona Urbana e Zona Rural - Santarém- 2002

Nº de Salas	Zona Rural	Zona Urbana	Total
01	249	01	250
02	76	07	83
03	13	03	16
04	14	02	16
05	13	04	17
06	13	06	19
07	02	03	05
08	03	05	08
09	03	03	06
10	03	04	07
11	01	02	03
12	0	03	03
13	0	0	0
14	0	0	0
15	0	0	0
16	0	01	01

Fonte: SEMED - 2002

É importante antes de retratar o quadro atual da educação em Santarém apresentar o demonstrativo do número de matrículas em todos os níveis de ensino no Brasil, na Região Norte, no Estado do Pará e em Santarém, possibilitando ao leitor uma visão panorâmica e comparativa.

TABELA 5 - Nº de Matrículas em todos os Níveis da Educação Básica (1) Santarém- 2002

Unidade da Federação	Total
Brasil	54.716.609
Norte	5.121.663
Pará	2.466.377
Santarém	97.023

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Nota: (1) Para efeito de total foram considerados os alunos da Creche, Pré-escola, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental Regular, Ensino Médio Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos nos Cursos presenciais com avaliação no processo.

Educação Infantil

A educação infantil é entendida, de acordo com a legislação, como a primeira etapa da educação básica. Explicitada como dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, consta explicitamente como responsabilidade dos municípios na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9394/96).

Em Santarém, o atendimento nas creches é gerenciado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS). A pré-escola funciona nas escolas públicas da rede municipal e particular, todavia, em função dos propósitos desta pesquisa, nos limitamos aos dados numéricos referentes a rede pública. A tabela abaixo demonstra um elevado crescimento de matrículas nos últimos anos, resultante, principalmente, de convênios celebrados com escolas particulares e comunitárias.

TABELA 6 - Matrícula da Educação Infantil em Escolas Públicas da Rede Municipal - 2000 a 2002

Ano	Creche (0 a 06 anos)	Pré-escolar (06 anos)	Total
2000	1.790	191	1.981
2001	1.861	1.487	3.348
2002	1.932	2.872	4.804

Fonte: SEMED – 2002

Ensino Fundamental

De acordo com a LDB 9394/96, o ensino fundamental é a etapa obrigatória da educação básica; sua gratuidade estende-se a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. No artigo 32, a referida Lei afirma que o objetivo desse ensino é a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996).

Em 2002, a Secretaria Municipal de Educação foi responsável por 72,7% das matrículas no ensino fundamental enquanto que a Secretaria Estadual de Educação respondeu por 27,2% das matrículas neste nível de ensino. Os dados estatístico revelam que, ao longo do período estudado, houve um decréscimo no atendimento da rede estadual e um substancial crescimento das matrículas na rede municipal, conforme podemos visualizar na tabela nº 7.

TABELA 7 - Evolução da Matrícula do Ensino Fundamental da Rede Estadual e Municipal, Santarém - 1993 a 2002

ANO	Nº Alunos Matriculados Rede Estadual	%	Nº Alunos Matriculados Rede Municipal	%	Total
1993	18.179	32,7	37.363	67,4	55.542
1994	21.950	36,1	38.879	63,9	60.829
1995	21.719	36,6	37.612	63,4	59.331
1996	21.934	36,6	37.913	63,4	59.847
1997	20.778	35,6	37.555	64,4	58.333
1998	21.470	34	41.687	66	63.157
1999	20.998	33,5	41.675	65,9	62.673
2000	20.535	31,6	44.327	70,7	64.862
2001	19.202	31,4	42.046	68,6	61.248
2002	17.948	27,2	47.819	72,7	65.767

Fonte: 5ª URE e SEMED

Ensino Médio

Na atual LDB, o ensino médio é tratado como última etapa da educação básica, tendo três anos no mínimo de duração e devendo promover:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Em Santarém, o ensino médio é ofertado em escolas públicas e privadas, sendo de responsabilidade principal da rede estadual de ensino. Um dos grandes problemas na rede pública tem sido o alto índice de abandono.

TABELA 8 - Rendimento Anual do Ensino Médio da Rede Estadual Santarém– 1993 a 2002

Ano	Matrícula	Aprovação	% Aprovação	Repetência	% Repetência	Abandono	% Abandono
1993	8.397	4.897	59,4%	1.323	16,0%	2.024	24,6%
1994	9.673	5.655	60,2%	1.324	14,1%	2.407	25,6%
1995	9.605	6.184	65,1%	1.431	15,1%	1.885	19,8%
1996	11.258	7.359	66,3%	1.395	12,6%	2.350	21,2%
1997	12.023	9.115	76,9%	419	3,5%	2.322	19,6%
1998	13.855	10.496	76,4%	472	3,4%	2.767	20,1%
1999	15.473	11.756	76,2%	895	5,8%	2.769	18,0%
2000	17.031	12.996	76,9%	456	2,7%	3.456	20,4%
2001	18.925	14.353	76,1%	622	3,3%	3.880	20,6%
2002	19.205	13.841	73,2%	485	2,6%	4.574	24,2%

Fonte: 5ª URE

A expansão do ensino fundamental de 5ª a 8ª série na rede municipal, a construção pelo Estado de escolas de nível médio na periferia da cidade e o atendimento na zona rural através do ensino modular são fatores que contribuem para o significativo aumento do número de matrículas neste nível de ensino.

Ensino Superior

De conformidade com a atual LDB (1996), a educação superior tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, comunicando-os por meio de ensino.

Em Santarém, a oferta regular desta modalidade de ensino teve início em 1983, com a implantação do curso de pedagogia pela Universidade Federal do Pará, através do convênio firmado com a prefeitura Municipal de Santarém e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Anteriormente, já havia funcionado turmas em regime especial (1970), em um núcleo da UFPA instalado na Escola Estadual Álvaro Adolfo da Silveira. Foi a primeira experiência de interiorização da UFPA, cuja atuação era circunscrita à capital do Estado. No núcleo de Santarém, passaram a funcionar, durante as férias escolares, cursos de licenciatura curta, com o objetivo de preparar os professores das matérias Português, Matemática, Geografia, História, Ciências e Didática Geral.

Os cursos eram oferecidos apenas em períodos intervalares e exclusivos para quem já atuava na rede de ensino. Para fazer a inscrição era necessário o candidato apresentar uma declaração do órgão local da SEDUC, constando a disciplina que lecionava ou a função técnica que exercia.

O Núcleo de Educação funcionou até o ano de 1976, quando foram formadas as primeiras turmas; foi reaberto somente em 1980, com a oferta do curso de pedagogia, habilitação em supervisão escolar (licenciatura curta) e oferta da licenciatura plena para as turmas que haviam concluído a licenciatura curta em 1976.

O Ensino Superior Público só veio a se firmar em Santarém a partir de 1987, com o Projeto de Interiorização da UFPA, quando esta instituição passou a oferecer, de forma contínua e regular, através do Campus Universitário de Santarém, diversos cursos de graduação, inicialmente voltados exclusivamente para a formação de professores. Atualmente, são oferecidos os cursos de licenciatura em Pedagogia, Matemática, Letras, Biologia, Física, e os bacharelados de Processamento de Dados e Direito.

Além da UFPA, o município conta também com a presença de mais duas instituições públicas de ensino superior: a Universidade do Estado do Pará - UEPA, que oferece os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Licenciatura Plena em Música e Educação Física, e a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, com o curso de Engenharia Florestal.

O campus universitário de Santarém tem uma abrangência territorial incluindo os municípios de Santarém, Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Juruti, Itaituba, Aveiro e Belterra. Isto corresponde a uma população total de aproximadamente 800 mil habitantes, dos quais pelo menos 150 mil são candidatos em potencial para o preenchimento das vagas, que são ofertadas nos cursos de graduação.

A prioridade inicial foi centrada na formação de recursos humanos para atuar no ensino fundamental e médio. Os cursos eram ofertados apenas no período de recesso escolar, e a partir de 1983 passaram a ser ofertadas também no período regular.

Quanto ao Ensino Superior Privado, o início deu-se em janeiro de 1985, com a instalação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis no Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES e em 1990, com os cursos de enfermagem e ciências biológicas através da Associação Superior do Médio Amazonas - AESMA. A junção das duas instituições deu origem as Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, em 1992, a qual oferece os seguintes cursos: Direito, Ciências Biológicas, Enfermagem, Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e cursos superiores de formação específica: Gestão Empresarial, Gestão de Órgãos Públicos, Gestão de Órgãos de Saúde, Gestão de Empresa de Navegação Fluvial, Gestão de Agronegócios e Gestão de Negócios Imobiliários.

Em 1990, a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA – instalou um campus avançado, posteriormente transformado no Instituto Luterano de Ensino Superior de

Santarém (ILES) e atualmente oferece os cursos de Direito, Engenharia Agrícola, Letras e Sistemas de Informação. Além destas, mais recentemente, foi instalada outra instituição de ensino superior privado – O Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), onde são oferecidos os cursos de Administração, Turismo e Formação de Professores. Além dos cursos tecnológicos em Mídia e Propaganda, Gestão Ambiental na Amazônia, Processos Organizacionais e Gestão de Redes de Computadores .

O município, pela sua localização estratégica na meso-região do baixo Amazonas, tornou-se um pólo de oferta de ensino superior, uma espécie de “cidade universitária”, por contar com seis instituições de nível superior, enquanto as demais são desprovidas deste tipo de estabelecimento de ensino.

As instituições de ensino superior, efetivamente instaladas em Santarém, em 2005, são: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade do Estado do Pará – UEPA; Instituto Luterano de Educação Superior (ILES/ULBRA); Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES); Faculdades Integradas do Tapajós (FIT); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Estas instituições oferecem 32 cursos de ensino superior, dos quais seis são voltados para a formação de professores da educação básica (pedagogia, letras, matemática, ciências biológicas; física e magistério superior). Existem também, no município, alguns cursos de nível superior, ofertados por instituições que não tem sede ou campus em Santarém mas, por meio de convênios e/ou oferta de turmas esporádicas, atuam na região, como é o caso da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET).

A tabela apresentada a seguir, elaborada com dados obtidos juntos às Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam em Santarém e referentes ao ano em curso (2005), tem o propósito de mostrar como o município se converteu em ponto de atração regional na busca pelo ensino superior ao ofertar 2.705 vagas, enquanto já abriga 6.462 estudantes, destes, apenas 1.496 (23,2%), encontram-se na instituições públicas.

TABELA 9 – Nº de Vagas Anuais e Alunos Matriculados no Ensino Superior em Santarém 2005

Instituição	Vagas ofertadas	%	Total de Matrículas	%
UFPA	280	11,6	1.229	19,0
UEPA	110	4,6	112	1,7
UFRA	30	1,2	105	1,6
FIT	815	33,7	2.155	33,4
ILES/ULBRA	560	11,6	1.496	23,2
IESPES	700	29,0	871	13,5
UVA	200	8,3	494	7,6
Totais	2705		6462	

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados obtidos nas Instituições de Ensino Superior de Santarém.

Modalidades de Ensino Educação Especial

Um dos grandes desafios da escola é transformar a educação em parte integrante da vida do aluno. A partir dos anos 1990, o desafio cresceu, tendo em vista a uma maior disseminação da concepção e das ações voltadas para a educação Inclusiva nas escolas públicas. Neste contexto, Santarém se adaptou às novas políticas e mediante atuação da rede municipal e estadual oferece atendimento de ensino itinerante, informática educativa, preparação para o trabalho, leitura e escrita em LIBRAS, orientação familiar e acompanhamento aos alunos já incluídos no ensino regular. A tabela a abaixo mostra que o atendimento contempla os diversos tipos de deficiências, atingindo um total de 455 estudantes no ano letivo de 2002.

TABELA 10- Alunos com Necessidades Educativas Especiais Inclusos

Rede Estadual e Municipal, Santarém– 2002

	Deficiência Auditiva (DA)	Deficiência Visual Total (DV)	Baixa Visão (BV)	Deficiência Mental (DM)	Síndrome de Daw (DAW)	Deficiências Múltiplas (DMU)	TOTAL
Rede Estadual	67	24	17	47	03	06	164
Rede Municipal	71	04	20	158	10	28	291
Total	148	28	37	205	13	34	455

Fonte: SEDUC e SEMED

A situação requer um investimento mais forte na capacitação docente e instrumentalização da equipe técnica para que se deslanche de maneira mais impactante o trabalho que verdadeiramente requer esta nova dimensão educacional.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos destina-se aos que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio ou continuidade de estudo nesses níveis de ensino na idade própria. Está contemplada na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) e no Plano Nacional de Educação, com o objetivo de erradicação do analfabetismo. As tabelas apresentadas a seguir apresentam alguns indicadores da Educação de Jovens e Adultos.

TABELA 11 – Taxa de Analfabetismo na Faixa de 15 Anos ou Mais no Brasil - 2000

ANO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS			
	Brasil	Total	Analfabeta	Taxa de Analfabetismo
2000		169.799.170	33.221.192	13,6
	Pará	6.192.307	1.458.995	16,8
	Santarém	262.538	46.629	11,7

Fonte: www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo

TABELA 12 - Evolução da Matrícula da Educação de Jovens e Adultos Rede Municipal e Estadual, Santarém - 2000 a 2002

ANO	MATRÍCULA INICIAL		MATRÍCULA INICIAL	
	Rede Municipal	%	Rede Estadual	%
2000	7,139	59,4	4,872	40,6
2001	6,318	59,4	4,314	40,6
2002	6,075	68,3	2,812	31,7

Fonte: SEMED e 5ª URE

No município de Santarém, as turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA constituem um grande desafio para as secretarias municipal e estadual de educação. O índice de evasão tem sido uma preocupação para os próprios docentes e o percentual de aprovação é baixo. Mediante tal situação, a partir de 2001, a rede municipal iniciou um monitoramento permanente às classes da EJA, o que resultou num crescimento do índice de aprovação e uma queda da evasão, mesmo assim, o percentual está longe do almejado pelo sistema.

Quanto à alfabetização de adultos nos anos de 1997 a 2002, através de uma parceria com o MEC, a Secretaria Municipal de Educação realizou uma campanha de

erradicação de analfabetismo, alfabetizando mais de 5.000 adultos no município. Podemos visualizar os resultados na tabela 13.

**TABELA 13 – Nº de Alunos Matriculados na Alfabetização de Adultos
Secretaria Municipal de Santarém - 1997 a 2002**

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	TOTAL
Alunos Alfabetizados	844	1.045	1.550	1.002	849	352	5.642

Fonte: SEMED

A educação rural em dados comparativos com a urbana

O Pará é um dos maiores Estados do Brasil, 1.248.042 km² o que corresponde a 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia. Está dividido em 143 municípios, onde vivem cerca de seis milhões de pessoas. (www.pa.gov.br). Essa enorme dimensão territorial faz com que haja uma distância muito grande entre alguns municípios e a capital, principalmente os localizados na Região Oeste do Estado. Tal circunstância cria enormes vazios da presença do poder público, sendo mais grave a situação nas localidades mais afastadas, notadamente nas comunidades rurais.

O Estado e os municípios paraenses convivem com problemas sociais de várias ordens, entre eles o setor educacional, pois as desigualdades presentes são frutos de ausência de políticas educacionais e de ações que, ao invés de diminuir as diferenças, fizeram foi aumentá-las ao longo dos anos. Os sucessivos governos não têm se mostrado capazes de acabar com a discriminação existente entre a oferta e o tipo de educação oferecida para as populações urbanas e rurais.

Dados do ano 2000 mostram que o Estado, através da SEDUC, atendia a 389.268 alunos no Ensino Fundamental na zona urbana, e a apenas 62.144 alunos na zona rural. No ensino médio, atendia a 237.507 alunos na zona urbana e 4.302 na zona rural (SEDUC/SEPLAN/2000). O atendimento educacional na zona rural, como se pode inferir pelos dados apresentados, tem ficado a cargo das prefeituras, o que nem sempre ocorre satisfatoriamente, apesar da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação exigirem a igualdade de acesso e permanência na escola para todos.

A maioria das escolas da zona rural ainda são inadequadas para uma aprendizagem de qualidade, considerando suas instalações, equipamentos, infra-estrutura e instalações sanitárias. Muitas escolas não dispõem de abastecimento de água da rede pública, sendo que a água consumida é proveniente de poços, coletada da chuva, dos rios, de igarapés ou, em casos excepcionais, distribuída através de carro pipa. Quanto à eletricidade, apesar do programa de eletrificação rural do governo federal, grande parte das comunidades ainda não a possuem, o que dificulta ou até mesmo impossibilita as escolas de funcionarem no período da noite, reduzindo as oportunidades de acesso aos trabalhadores e/ou seus filhos. Acrescente-se a estes fatores, as dificuldades naturais para que sejam realizadas melhorias nas instalações escolares, muitas delas situadas em áreas de várzea, que ficam parcialmente inundadas, reduzindo as condições de segurança e bem-estar.

A foto apresentada a seguir é ilustrativa do padrão da maioria das escolas da zona rural, localizadas na várzea.

Foto 6 – Escola Municipal Localizada na Várzea (Zona Rural)



Fonte: Relatório da SEMED - 2002

Note-se que a canoa é o meio de transporte escolar utilizado tanto por professores quanto por alunos.

A zona rural do município ainda é composta de forma predominante por pequenos produtores que praticam a agricultura de subsistência, tendo como principais cultivos o feijão, a mandioca, o arroz, o milho, associados com a extração do açaí, e algumas árvores frutíferas. O excedente dessa produção é comercializado na zona urbana e com o dinheiro arrecadado compram gêneros alimentícios industrializados, roupas e outras utilidades.

As moradias são humildes, geralmente construídas em madeira e barro, com a cobertura feita de palha, telhas de amianto ou cavaco de pau; os pisos são de chão batido, madeira ou cimento. É raro encontrar moradias mais confortáveis, com exceção a dos grandes produtores que moram na cidade e vão apenas aos finais de semana para sua propriedade rural.

A maioria das comunidades não possui energia elétrica oriunda dos serviços públicos, porém algumas delas dispõem de um motor a óleo diesel que funciona somente por ocasião dos eventos sociais. A maioria da população rural utiliza a lamparina como fonte de iluminação. O consumo de água é feito a partir de poços e/ou dos igarapés e, em ambos os casos, não há qualquer tratamento, tanto pela crença na pureza da água, quanto por falta de outra alternativa. Os poços nem sempre são cavados de maneira a respeitar a distância mínima recomendada das instalações sanitárias.

No setor educacional, a ausência de uma política educacional comprometida com a educação do homem do campo, na sociedade brasileira, tem provocado grandes distorções. Enquanto uma minoria tem acesso ao conhecimento elaborado e de qualidade, a classe trabalhadora da zona rural, por muito tempo, teve negada a educação formal e quando passou a ser oferecida ela veio como um apêndice da escola urbana, restrita à decodificação de símbolos, demonstrando claramente a dicotomia urbano e rural (SOUZA, 2002, P. 10).

Ao longo da década de 1990, os dados estatísticos da SEMED revelam uma diminuição no número de escolas municipais na zona rural, pois enquanto havia 424 (quatro centos e vinte e quatro) em 1993, em 2000 o número era de apenas 380 (trezentas e oitenta). No mesmo período, o número de escolas existentes na zona urbana praticamente se manteve inalterado uma vez que em 1993 havia 41 (quarenta e uma) e em 2000 o município contava com 40 (quarenta) escolas. Apesar da redução do número de estabelecimentos na zona urbana, ocorreu o aumento no número de salas de aulas. Em

1993, existiam 211 (duzentas e onze), e em 2000 eram 261 (duzentas e sessenta e uma) salas de aula na zona urbana. Quanto à zona rural, além da diminuição do número de escolas, houve também redução no número de salas de aula. Em 1993 havia 701 (setecentas e uma) e no final do ano de 2000, apenas 690 (seiscentas e noventa) salas de aula.

TABELA 14 - Comparativo do Nº de Escolas/Alunos da Zona Urbana e Rural da Secretaria Municipal de Educação de Santarém – 1993 e 2000

ANO	ZONA	Nº ALUNOS	Nº ESCOLAS	SALAS DE AULA	MÉDIA DE ALUNO POR SALA
1993	RURAL	23.856	424	701	34,03
	URBANA	20.359	466	211	96,48
TOTAL		44.215	466	912	-
2000	RURAL	28.563	380	690	41,39
	URBANA	24.407	40	261	93,51
TOTAL		52.970	420	915	-

Fonte: SEMED

Apesar de ter havido diminuição no número de escolas e de salas de aula, houve aumento no número de matrícula, principalmente após 1997, ano em que foi implantado pelo Governo Federal o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF.

Considerando-se que não houve alteração no nº de turnos de atendimento (as escolas de zona rural funcionam no período matutino e vespertino) maior número de matrículas e menor número de salas de aula nas escolas da zona rural significou uma maior concentração de alunos por sala e, como possível consequência, menor qualidade nesse atendimento.

A tabela 15 permite-nos uma rápida visualização dos números que retratam a distribuição de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino, na zona urbana e rural.

TABELA 15 - Nº de Alunos da Zona Urbana e Rural Secretaria Municipal de Educação de Santarém – 1989 a 2002

ANO	ZONA	Nº ALUNOS	TOTAL
1989	URBANA	18.965	41.135
	RURAL	22.170	
1990	URBANA	17.780	40.897
	RURAL	23.117	
1991	URBANA	19.306	43.313
	RURAL	24.007	
1992	URBANA	19.858	44.224
	RURAL	24.371	
1993	URBANA	20.359	44.215
	RURAL	23.856	
1994	URBANA	19.744	42.759
	RURAL	23.015	
1995	URBANA	19.172	41.704
	RURAL	22.532	
1996	URBANA	19.820	42.269
	RURAL	22.449	
1997	URBANA	21.249	43.738
	RURAL	22.489	
1998	URBANA	23.139	49.374
	RURAL	26.235	
1999	URBANA	23.124	50.785

2000	RURAL	27.661	52.970
	URBANA	24.407	
2001	RURAL	28.563	54.509
	URBANA	25.128	
2002	RURAL	29.381	57.173
	URBANA	27.421	
	RURAL	29.752	

Fonte: SEMED

O aumento do número de alunos, apesar da diminuição do número de escolas e de turmas, na zona rural, pode ser explicado por causa da adoção de novas formas de organização do sistema de ensino (nucleação de escolas, melhor organização dos tempos e espaços escolares, etc) e maior racionalização de recursos técnico-financeiros. Visto de forma positiva, pode até representar a adoção de uma política educacional mais eficiente pelo município.

O aumento numérico de alunos nas salas de aula da zona rural parece não ter despertado o poder público municipal para a necessidade de implantação de políticas educacionais mais concretas, condizentes com a realidade rural. Pelo contrário, o aumento do número de matrícula é acompanhado por um aumento das classes multisseriadas na zona rural e, inclusive, na zona urbana, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir.

**TABELA 16 - Classes Multisseriadas na Zona Urbana e Rural
Secretaria Municipal de Educação de Santarém - 1989 a 2002**

ANO	Z. URBANA	Z. RURAL	TOTAL
1989	04	417	421
1990	02	416	418
1991	01	427	428
1992	01	451	452
1993	03	437	440
1994	03	427	430
1995	02	412	414
1996	02	383	385
1997	01	371	372
1998	01	359	360
1999	01	409	410
2000	01	379	380
2001	04	390	394
2002	06	388	393

Fonte: SEMED

As classes multisseriadas abrigam alunos de primeira a quarta série do ensino fundamental, em um mesmo espaço e com o atendimento de um(a) único(a) professor(a). Apesar dos esforços na aplicação de uma metodologia específica e apropriada a tal situação, o processo de ensino e a aprendizagem são seriamente comprometidos.

A evasão e repetência são outros graves e antigos problemas da educação. Com a finalidade de reduzi-los, a Secretaria Municipal de Educação de Santarém implementou na rede urbana de ensino, em 1997, o Programa Acelera Brasil, criado pelo governo federal, com financiamento do Instituto Ayrton Senna, o qual se propõe a corrigir a distorção idade série no ensino fundamental de 1ª a 4ª série nas escolas públicas brasileiras. Em 1998 (ver tabela 17), o programa se estendeu à zona rural do município, iniciando em 25 escolas e atendendo a 2.308 alunos, dos quais 787 (setecentos e oitenta e sete) na zona rural. Em 2000, o número de escolas atendidas passou para 89, enquanto na zona urbana

baixou para 30 escolas. Nos anos 2000 e 2001, o número de escolas e de turmas atendidas na zona urbana voltou a ser superior ao atendimento na zona rural.

TABELA 17 – N° de Alunos/Turmas/Escolas do Programa Acelera das Zonas Urbana e Rural – Santarém - 1997 a 2002

ANO	N° ALUNOS	N° TURMAS		N° ESCOLAS	
		ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL
1997	258	10	0	10	0
1998	2.308	63	27	35	25
1999	3.144	84	72	41	60
2000	2.556	48	89	30	89
2001	1.200	32	15	28	15
2002	725	17	13	17	13

Fonte: SETOR DE ESTATÍSTICA DA SEMED - 2002

Diferente do que ocorreu em anos anteriores, em 2002 (conforme pode ser visto na tabela a seguir), houve aumento no número de escolas da zona rural. O maior empenho do gestor municipal não pode ser analisado sem que se considere as novas circunstâncias geradas pela legislação educacional, a começar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e as políticas educacionais oriundas do governo federal. Além do aumento no número de escolas, passaram a ocorrer com mais intensidade encontros entre docentes e gestores, assim como o acompanhamento das ações planejadas para a zona rural.

TABELA 18 - Dependências Escolares e N° de Alunos da Rede Municipal, Santarém – 2002

Localização	N° de Escolas	Salas de Aula	Alunos
Zona Urbana	44	286	27.421
Zona Rural	390	740	29.752
Total	434	1.026	57.173

Fonte: Setor de Estatística da SEMED

Recursos aplicados na educação em Santarém a partir do FUNDEF⁵

A verba destinada a suprir as despesas com a educação pública municipal é composta por 25% do total arrecadado de impostos, mais a parcela do FUNDEF e outras transferências destinadas aos programas do governo federal. Na tabela 19, podemos visualizar os números relativos ao período que compreende o ano anterior a entrada em vigência do FUNDEF e os anos subsequentes, até 2002, marco final deste estudo.

TABELA 19 - Recursos Destinados à Educação em Santarém - 1996 a 2002

ANO	Arrecadação Efetivada	Total de Receitas de Impostos
1996	22.119.463,80	17.295.710,52
1997	32.025.829,18	19.857.323,23
1998	45.825.020,58	26.434.400,33
1999	54.929.441,62	24.096.423,00
2000	70.186.119,60	27.993.693,54
2001	80.627.372,74	34.865.348,20
2002	96.661.226,62	38.281.894,98

Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – 6ª INSPETORIA REGIONAL

Como se pode observar, houve um aumento substancial de recursos para serem movimentados pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém após a vigência do FUNDEF. A tabela abaixo permite-nos visualizar os recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

TABELA 20 - Recursos Oriundos do FUNDEF, Santarém – 1997 a 2002

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Parcela FUNDEF	3.707.213,32	9.264.388,77	10.405.960,72	10.389.670,52	12.063.570,07	13.678.920,99

Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – 6ª INSPETORIA REGIONAL

A aplicação dos recursos do FUNDEF em Santarém tem sido objeto de contestação pelo Sindicato dos Profissionais da Educação do Município e denúncias de desvio têm sido amplamente divulgada na imprensa. Um documento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, apresenta números fornecidos pela Prefeitura que indicam a aplicação de recursos em educação sempre acima dos percentuais mínimos exigidos, mas, pelos cálculos preliminares do TCM, os valores efetivamente aplicados, em alguns anos, estariam abaixo do que a lei preconiza.

TABELA 21 - Recursos Aplicados na Educação em Santarém - 1996 a 2002

ANO	Valor Mínimo a ser Aplicado	Valor Aplicado (segundo a Prefeitura)	Valor Aplicado (segundo cálculos do TCM)	% Calculado com base no cálculo do TCM
1996	4.323.927,63	8.720.326,22	7.170.283,35	41,46
1997	8.671.544,13	9.898.622,17	9.149.001,17	26,38
1998	15.872.988,86	19.334.772,21	17.444.563,73	27,48
1999	16.430.066,47	17.070.542,45	14.929.058,82	22,72
2000	17.388.093,91	14.404.712,10	12.518.874,12	18,00
2001	20.779.907,12	23.663.254,91	18.139.596,52	21,82
2002	23.249.394,74	29.700.836,18	25.010.905,25	26,41

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – 6ª INSPETORIA REGIONAL.

Uma vez que o FUNDEF tem como um de seus grandes objetivos o maior investimento na valorização do pessoal que atua no magistério (Art. 2º da Lei 9.424/96), vejamos, na tabela a seguir, como a Secretaria Municipal de Educação e Desporto da Prefeitura Municipal de Santarém, vem aplicando os recursos no pagamento dos seus professores.

Os recursos aplicados na educação, especialmente a partir do FUNDEF, deveriam refletir melhorias nas condições de trabalho e de renda dos professores. A tabela a seguir apresenta um comparativo entre o total da receita da SEMED, com as recursos aplicados com folha de pagamento dos docentes. Apesar dos índices, em alguns anos, serem superiores a 60% do total das despesas, isto não significa satisfação do professorado para com os salários e as condições de trabalho.

TABELA 22 - Recursos Aplicados com a Folha de Pagamento da Secretaria Municipal de Educação - 1996-2002

ANO	Recursos Aplicados na Educação	Recursos Aplicados com a folha de pagamento	%
1996	8.720.326,22	5.450.218,33	62,5%
1997	9.898.622,17	7.077.021,01	71,49%
1998	19.334.772,21	9.365.203,93	48,43%
1999	17.070.542,45	9.669.630,41	56,64%
2000	14.404.712,10	10.342.242,90	71,79%
2001	23.663.254,91	20.490.857,01	86,59%
2002	29.700.836,18	27.412.569,40	92,29%

Fonte: Setor Financeiro da SEMED e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – 6ª Inspeção Regional

Considerações Finais

A educação escolar em Santarém, apesar de suas especificidades, apresenta-se semelhante em muitas das mazelas que afetam o sistema educacional brasileiro, mas também dá indícios de melhoria, apesar de todos os obstáculos para a efetiva concretização das propostas e das promessas realizadas pelos governos, nos diferentes níveis. Gradativamente, vem ocorrendo a participação de outros atores na execução das políticas educacionais, como por exemplo: o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF; o Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Conselhos Escolares e o Conselho Municipal de Educação. Todavia, apesar da existência legal e formal destes Conselhos, não há garantia concreta de que seus integrantes atuem de maneira a fazer com que as suas finalidades sejam cumpridas. Ainda existe uma forte lacuna a ser preenchida quanto ao funcionamento destes organismos.

Referências Bibliográficas

BRASIL . **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Lei nº 9.424/96, de 24 de dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/01 de 09 de janeiro de 2001.

CALMON, Pedro. **Espírito da sociedade colonial**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

COLARES, A. A. **Sociedade e educação em Santarém/Pa**: estudo do período em que o município de Santarém foi área de segurança nacional (1969-1984). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1998.

COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S. **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa**: história e gestão educacional. Campinas/SP: Autores Associados, São Paulo, SP: ANPAE, 2003.

FONSECA, Wilson Dias da. **A educação em Santarém**: breve notícia histórica. Santarém/Pa: UFPA, 1995.

_____. **Santarém**: momentos históricos. 4 ed. Santarém: Gráfica e editora tiagão, 1996.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**: Santarém. Belém: Imprensa oficial do Estado, 1971.

SOUZA, M. F. Matos de. **Educação rural x programa de aceleração da aprendizagem no contexto das políticas educacionais**. Santarém/PA, 2002. (20, p. mimeo)

Documentos

Santarém/PA. Prefeitura Municipal de Santarém. **Decreto nº 212/76DP**, de 13 de janeiro de 1976. Santarém/PA, 1976.

- _____. **Lei orgânica do município de Santarém**. Santarém/PA, 1990.
- _____. Secretaria Municipal de Administração. **Decreto nº 020**, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a delegação de competências aos secretários para a autorização e ordenamento da despesa da prefeitura municipal de Santarém e dá outras providências. Santarém/PA, 1993.
- _____. Divisão financeira. **Receitas do município**. Santarém/PA, 2003.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Educação no podium** programa de gestão municipal escolar. Plano educacional 2001. Santarém/PA, 2001.
- _____. Tribunal de contas dos municípios do Estado do Pará. **Relatório do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – 6ª inspetoria regional 1996-2002**. Santarém/PA, 2002.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Plano municipal de educação 1989/1992**. Santarém/PA, 1989.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da gestão 1993-1996**. Santarém/PA, 1996.
- _____. Prefeitura Municipal de Santarém. **Lei nº 17.246/2002**, de 21 de maio de 2002. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores do grupo magistério da rede municipal de ensino do município de Santarém. Santarém/PA, 2002.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Demonstrativo 2000**. Setor de estatística. Santarém/PA, 2000.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Demonstrativo 2002**. Setor de estatística. Santarém/PA, 2002.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Planos de Cargos e Salários**, Santarém/PA, 2002.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Relatório final dos resultados da secretaria municipal de educação e desporto, 2003**. Santarém/PA, 2003.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Coletânea da legislação educacional de Santarém/Pará**. Santarém/PA, 2004.
- _____. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Programa de ensino**. Santarém/PA, 2004.
- _____. Prefeitura Municipal de Santarém. **Mensagem a Câmara: abertura dos trabalhos legislativos**. Santarém/PA, 2004.
- PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Constituições do Pará**. Belém: Assembléia Legislativa/CEJUP, 1991.
- _____. Secretaria executiva de educação. **Plano Estadual de Educação (1997– 2000)**. Belém: SEDUC, 1987.
- _____. Secretaria executiva de educação. **Plano Estadual de Educação (1999– 2003)**. Belém: SEDUC, 1999.

Sites

http://www.unb.br/brasilalfabetizado/art_8.htm (acessado em 26/10/04, as 9h).

<http://www.pa.gov.br> (acessado em 28/11/2004, às 10h)

[http://www.ibge.gov.br\[cidades\]](http://www.ibge.gov.br/cidades) (acessado em 28/01/2005, às 9h)

<http://www.viamazonica.com.br> (acessado em 31/01/2005, às 11h)

<http://www.inep.gov.br> (acessado em 04/02/2005, às 10h)

IBGE. **Censo demográfico**, 2000. Disponível no site: www.ibge.gov.br (acessado em 19/10/2004, às 10h).

NOTAS

¹ O presente texto integra a Tese de Doutorado, intitulada: As políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002), defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, em 2005, sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto Rus Perez.

² Doutora em Educação. Área: Políticas de Educação e Sistemas Educativos. Docente e Vice-Chefe do Departamento 1 – Letras e Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará-Mirim.

³ O prédio do Teatro Vitória atualmente é sede da Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

⁴ O Grupo Escolar resistiu ao tempo e aos problemas e é a mais antiga escola de Santarém, ainda em funcionamento, com a denominação de Escola Frei Ambrósio.

⁵ Devido a falta de dados financeiros disponíveis na SEMED, neste item nos detemos na análise dos recursos aplicados na educação municipal somente a partir da implementação do Fundef.